

## **MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO: uma análise de classe.**

**Joana Aparecida Osmundo Coutinho**  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

### **MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO: uma análise de classe**

**Resumo:** Este texto traz reflexões sobre a relação dos movimentos sociais e Estado nas democracias burguesas na América Latina. Parte do princípio que as contradições cada vez mais acirradas dos movimentos organizados chocam-se com a manutenção das regras da democracia burguesa.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, Estado, resistências, neoliberalismo.

### **SOCIAL MOVEMENTS AND THE STATE: a class analysis**

**Abstract:** This paper is a reflection about the relationship between social movements and the State in Latin American democracies. It assumes that the contradictions between organised social movements and the need to keep the rules of neoliberal democracies are increasingly problematic.

**Keywords:** Social movements, State, resistance, neo-liberalism.

Recebido em 12.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

## 1 INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre movimentos sociais e, mais especificamente, sua relação com o Estado capitalista. Ora os movimentos sociais são sinônimos de oposição a este Estado, ora são tratados como parceiros dele. Pretendemos discutir a partir do conceito de Estado e, claro, definição do Estado capitalista e o seu papel na sociedade, a sua relação com os movimentos sociais latino-americanos e, até que medida esses movimentos podem ser ou transformam-se em movimentos antissistêmicos.

## 2 ESTADO

Não é pretensão, aqui, fazer uma revisão ampla da literatura sobre o Estado Capitalista, mas tratar precisamente da sua forma neoliberal e, portanto, as contradições deste na relação com os movimentos sociais nas últimas décadas na América Latina. Partimos do pressuposto que o Estado “em todas as sociedades divididas em classe (escravista, feudal ou capitalista), é a própria organização da dominação de classe” (SAES, 1985p. 23). Porém, como afirma Saes (1985, p.23)., ao desempenhar a função de organização da dominação de classe, “ele não o faz sempre do mesmo modo; é por isso que o Estado assume formas particulares, que correspondem a modos distintos de organização da dominação de classe”

Para Poulantzas (1985), o Estado tem um papel importante na organização das classes dominantes. Ele organiza os interesses políticos da classe dominante (ou a fração de classe) a longo prazo do bloco no poder. Assim, como define o autor: “o Estado constitui, portanto, a unidade política das classes dominantes: ele instaura essas classes como classes dominantes” (POULANTZAS, 1985, p.145). Nas formulações que faz sobre o Estado capitalista o autor afirma que este não deva ser considerado como uma “entidade intrínseca”, mas, como uma relação, como uma “condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (idem: 147-148).

Mas, as divisões internas do Estado, “a sua autonomia e estabelecimento de sua política através das fissuras que o caracterizam, não se reduzem às contradições entre as classes e frações do bloco no poder: dependem da mesma maneira, e mesmo principalmente, do papel do Estado frente às classes dominadas. Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas” (POULANTZAS, 1985, p.161).

E esse papel do Estado tanto diante das classes dominadas, como frente ao bloco no

poder, está inscrito na “ossatura organizacional do Estado”. Pretendemos, nos utilizando em parte, da análise que Poulantzas faz do Estado e seu papel no que diz respeito às classes dominantes e as classes dominadas, demonstrar que em determinadas situações, na correlação de forças, as classes dominadas podem obter esta ou aquela conquista, mas se trata de um Estado capitalista (burguês). De certo, que houve momentos (na correlação de forças) que as classes trabalhadoras obtiveram mais ou menos conquistas, principalmente nos Estados capitalistas desenvolvidos; o Estado de bem-estar social é um exemplo. Mas como afirma Przeworski (1989, p.34),

o capitalismo é um sistema em que os operários competem entre si quando não estão organizados como uma classe. A similaridade da posição de classe não resulta necessariamente em solidariedade, pois os interesses que os operários têm em comum são precisamente aqueles que os colocam em competição uns com os outros, especialmente quando aceitam salários mais baixos ao procurar emprego.

A socialdemocracia abraça as ideias keynesianas e transforma o significado ideológico de políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora; definiram seu papel como “sendo o de modificar a interação das forças de mercado, efetivamente abandonando por completo o projeto de nacionalização” (PRZEWORSKI, 1994, p.54). Ainda, segundo o autor, a estrutura dos sistemas capitalistas instituídos pelos socialdemocratas teve a seguinte configuração: a) o Estado responsabiliza-se pelas atividades que não são lucrativas para as empresas privadas; mas necessárias para a economia como um todo; b) o governo regula, especialmente por meio de políticas anticíclicas, o funcionamento do setor privado; c) o Estado — aplicando as medidas pautadas pela teoria do bem-estar— atenua os efeitos distributivos do funcionamento do mercado (idem, p.57).

O desfecho é conhecido: a crise do estado de bem-estar social<sup>1</sup>, e a implementação das políticas neoliberais, que encruce as relações do Estado com os movimentos sociais: populares e sindicais.

### 2.2 O Estado neoliberal

Fiori (1997) levanta algumas questões pertinentes a respeito das políticas liberais e o que elas apresentam de “novo”. Ele destaca três aspectos que continuam iguais, tanto para as políticas liberais quanto para as “neoliberais”.

O primeiro aspecto é que a ideia motora, desde Adam Smith — pioneiro do liberalismo —

até os seus adeptos contemporâneos continua sendo a mesma, ou seja, “menos de Estado e de política”. A proposta, também, segue sendo a mesma, a “da busca da despolíticação total dos mercados e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados”.

O segundo é a premissa da defesa intransigente do individualismo. E, por último, o tema da igualdade social aparece nos discursos — tanto para os liberais, quanto para os “neos” — apenas como “igualação” de oportunidades ou condições iniciais igualizadas para todos (FIORI, 1997, p.212).

Mas se existem semelhanças, há também algumas diferenças entre um e outro. Uma das diferenças consiste no fato de que o individualismo liberal de hoje tem uma pretensão de cientificidade ao se apresentar como “individualismo metodológico”. Fazem parte deste arcabouço teórico “as ‘teorias dos jogos’, das ‘expectativas racionais’ da ‘escolha pública’ que hoje são moeda corrente no campo da teoria econômica e da ciência política” (FIORI, 1997, p.213).

Outra diferença está na combinação “vitoriosa” das ideias e políticas no período de 1970, 1980 até 1990, com as transformações econômicas e políticas pelo qual passa o capitalismo desde o início da crise em 1973. Em outros momentos, este casamento vitorioso se deu na forma de que o avanço expansivo do capital foi criando e adubando o terreno para a chegada das ideias neoliberais (FIORI, 1997, p.213).

A terceira diferença está na “derrocada” do socialismo real, marcada pela queda do muro de Berlim em 1989, e o avanço das ideias neoliberais para o Leste Europeu e Ásia. Isso dá ao pensamento neoliberal condição “sem precedentes de que jamais o liberalismo gozou: de uma ideologia que consegue ser quase universalmente hegemônica” (FIORI, 1997, p.213).

E, por último, a quarta diferença entre este novo liberalismo e o velho, é que o novo aparece como vitória ideológica que abre portas e legitima uma espécie de vingança do capital contra a política e contra os trabalhadores (FIORI, 1997; ANDERSON, 1995).

Ainda explicando o surgimento do neoliberalismo, Therborn, indica três fatores que o explicam:

- a. o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno;
- b. a queda do socialismo real faz parte do mesmo processo de

transformação de época que, a nível socioeconômico mundial, acompanha o neoliberalismo;

- c. há uma virada no desenvolvimento das forças produtivas, orientadas para uma direção de caráter mais privado. As forças produtivas se desenvolvem em um sentido progressivamente público, sendo que este processo entra em contradição com as relações de produção capitalistas. Mas “contrariamente ao que supúnhamos, vivemos hoje uma virada, um limite, neste desenvolvimento das forças produtivas, orientado em uma direção oposta. Essa direção se expressa em uma nova relação entre Estados e empresas. É a fase do surgimento de uma nova etapa ou fase de capitalismo competitivo” (THERBORN, 1995).

Para o autor, essa virada se deu por dois motivos. Primeiro, o processo histórico de industrialização teve seu apogeu (nos países capitalistas avançados), por volta da segunda metade dos anos 1960. Em 1970, o peso do emprego industrial nos países da Organização Europeia para o Comércio e o Desenvolvimento (OCDE) já havia terminado, começando, em seguida, um processo de desindustrialização. O segundo motivo foi a introdução de novas modalidades de produção, graças ao desenvolvimento de tecnologias mais flexíveis. Esta flexibilidade representou uma maior adaptação às demandas do mercado. Isso se deu, principalmente, graças às inovações tecnológicas de manejo eletrônico e computadorizado do processo de produção.

Dada essa breve introdução do surgimento e o apogeu da política neoliberal, cabe ressaltar que se socialmente ele conseguiu atingir seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, economicamente, o neoliberalismo fracassou, pois não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo. O seu êxito se deu política e ideologicamente, disseminando a ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos negando ou confessando, têm de adaptar-se às suas normas. (ANDERSON, 1995; BORÓN, 1999).

Autores como Anderson (1995); Therborn (1999); Borón (1999); Moraes (2001), entre outros, são consensuais ao afirmar que o neoliberalismo não teve êxito do ponto de vista econômico na medida em que não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. No entanto, ele é exitoso no aspecto

ideológico e político ao disseminar a ideia de que não há alternativas para os seus princípios. Como afirma Moraes, ele cria uma “nova moral”, onde ainda está presente o

socorro à miséria absoluta como valor coletivo. Mas é cada vez mais separada da noção de seguridade, que deve antes ser vista como um fenômeno privado, envolvendo poupança, investimento, capitalização e previdência [...]. Multiplicar-se iam as adesões intermediárias não governamentais, cada vez mais empenhadas na solução privada e setorizada de problemas relativas a educação, a políticas de amparo à pobreza absoluta, habitação, saúde, atividades culturais etc. (MORAES, 2001, p.41).

Borón credita esta vitória ideológica-cultural do neoliberalismo: a tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas conquistadas pelas classes populares, convertidas em “bem” ou “serviços”, adquiridos no mercado; o deslocamento do equilíbrio entre mercados e estado, fenômeno objetivo que foi reforçado pela ofensiva, no terreno, ideológica que “satanizou” o Estado e exaltava as virtudes do mercado; a criação de um “senso comum” neoliberal, de uma nova sensibilidade e nova mentalidade que penetraram profundamente no terreno das crenças populares; e a vitória mais importante no terreno da cultura e ideologia consiste no convencimento de setores das sociedades capitalistas — e a quase totalidade de suas elites políticas — de que não existe outra alternativa. (BORÓN, 1999, p.11).

O discurso neoliberal, conforme Bourdieu, não é um discurso como os outros, ele tem uma semelhança com o discurso psiquiátrico. É um “discurso forte” difícil de combater, porque em nome de um programa científico de conhecimento, converte um programa político de ação que visa criar as condições de realização e de funcionamento da teoria: um programa de destruição metódica dos coletivos. (BOURDIEU, 1998, p.3). Outra questão importante é a apropriação de vocábulos que antes da era neoliberal tinham um conteúdo progressista e remetia a transformações sociais e econômicas que pressuponha uma sociedade mais igualitária, democrática e humana que foi apropriado e reapropriado pelos ideólogos do neoliberalismo. O termo “reforma”, é um exemplo, ganha, neste contexto, um significado adverso da concepção iluminista, refere-se mais a um sinal “involutivo e antidemocrático” (BORÓN, 1999, p.11) ou, “mudança estrutural” que na década de 1960 era utilizada pelos analistas de esquerda para significar redistribuição de renda, terra e propriedade, ganha outra sentido:

“reforma estrutural” é utilizado pelos neoliberais para “referir-se às transferências de propriedade pública para as grandes empresas privadas — a reconcentração de riqueza e propriedade” (PETRAS, 1997, p.21).

O fato é que os programas de ajuste estrutural (PAEs) propostos pelas agências financeiras internacionais e aceitas pela maioria dos governos da América Latina, constituíram um pacote de políticas orientadas para o estabelecimento deste novo padrão de acumulação capitalista. Ele compreende duas fases: a) de “estabilização” (ajuste fiscal, controle da inflação, nova taxa cambial (mediante desvalorização); e b) de “mudança estrutural” que inclui a liberalização do comércio e dos fluxos de capital, a privatização, reformas financeiras e tributárias, desregulação das relações trabalhistas e uma inflexão radical na política social.

Os PAEs provocaram uma concentração de renda entre os domicílios ricos às custas de todos os domicílios, com efeitos dramáticos para os pobres, e houve um aumento do desemprego ou do emprego informal mesmo durante períodos de crescimento econômico.

A desintegração das bases normais do bem-estar social, que são a renda e o emprego, aponta dados dramáticos para a América Latina. Por volta de 1990, 200 milhões de latino-americanos viviam em condições de pobreza e cerca de 95 milhões em condições críticas de pobreza.

### 3 MOVIMENTOS SOCIAIS

Ruth Cardoso periodiza os movimentos sociais em duas fases. A primeira, a “emergência heróica dos movimentos sociais”, basicamente na década de 1970 até o começo da década de 1980. Nessa primeira fase, há o que a autora identificou como um espontaneísmo, o fato de serem uma quebra dentro do sistema político, surge como algo novo, de caráter mais puro, mais importante, que iria preencher um espaço vazio.

Na segunda fase, houve a institucionalização da participação dos movimentos, e da relação destes com o Estado; ainda na década de 1980, aparece como um refluxo dos movimentos sociais. O contexto político muda, mudam também os movimentos em relação a ele. Cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos, as agências públicas. Embora diga textualmente que não gosta do termo, a autora não deixa de sublinhar a “cooptação” que passa a exercer um fervor em relação aos movimentos. As chamadas participações populares através de conselhos foi uma dessas formas. Aqui, cabe salientar que os movimentos sociais assumem uma postura mais “sistêmica” do que nos

anos 1970. Segundo Ruth Cardoso, mudaram os movimentos sociais, mas mudou também o Estado. Saem da pauta as reivindicações antissistêmicas de contestação, entra a fase da conciliação, das tão proclamadas “parcerias”. Cabe destacar o papel que as ONGs assumem neste processo. Se nos anos 1970, as “proto-ONGs”, os Centros de Assessoria de Educação Popular — eram, os “formadores” por excelência dos movimentos, nos anos 1990, passam a ter uma convivência de dependência em relação ao Estado — local ou transnacional — palavras de ordem que nortearam a sua ação anterior, são substituídas por outras mais palatáveis ao grande capital — também financiadoras de suas ações — como: meio-ambiente; gênero; geração de renda; desenvolvimento sustentável.

Numa perspectiva similar, o livro organizado por Dagnino, Alvarez e Escobar, logo na introdução, faz uma distinção da cultura dos movimentos sociais, e acentua que as políticas culturais dos movimentos — entendendo política cultural como o processo posto em ação quando conjuntos de atores sociais moldados encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros — tentam desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes. O que está em questão para os movimentos sociais é uma transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas. Os autores apontam para o fato de que os movimentos sociais na América Latina tanto em países sob regimes autoritários, como os formalmente democráticos, desenvolveram versões plurais de uma cultura política que vai muito além do estabelecimento formal da democracia liberal. As definições emergentes de conceitos como democracia e cidadania apontam para direções que confrontam a cultura autoritária por meio da atribuição de novo significado às noções de direitos, espaços públicos e privados, formas de sociabilidade, ética, igualdade e diferença e assim por diante.

Os autores sugerem, ainda, que o termo até então modal, para explicar as relações entre os movimentos e as relações entre eles, “rede”, seja substituído por “teias” porque este transmite o aspecto intrincado e precário dos múltiplos laços e imbricações estabelecidos entre organizações dos movimentos, participantes individuais e outros atores da sociedade civil e o Estado. Elas abrangem mais do que suas organizações e seus membros ativos; elas incluem participantes ocasionais nos eventos e ações dos movimentos e simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos e universidades. Alain Touraine, em *a Crítica da modernidade* (1994), identifica o movimento social como “sujeito”, afastando-se do conceito

de “lutas de classes”. Considerou que a concepção marxista identifica a ação operária com a natureza e o desenvolvimento histórico, e o capitalismo com a construção do mundo artificial, irracional, do lucro oculto por categorias pseudopositivas da economia política, e pelas brumas do pensamento religioso.

Para Touraine um movimento social é, ao mesmo tempo, um conflito social e um projeto cultural. Uma luta reivindicatória não é por si mesma um movimento social. Pode ser apenas uma defesa corporativa ou uma pressão política que, para se tornar movimento social, deve falar em nome e se tornar defensora dos valores da sociedade industrial. Para existir o movimento social, os operários não podem se opor à industrialização (quebrar máquinas, resistir às novas técnicas), mesmo por razões legítimas, como a ameaça de desemprego. Tampouco existirá movimento social se a ação sindical não for “positivamente dirigida para o fortalecimento da autonomia operária e não combate, em particular, a afirmação brutal dos padrões tayloristas: vocês não são pagos para pensar” (TOURAINÉ, 1994, p.254).

O conceito de novos “movimentos sociais” dispensaria, necessariamente, o de classe social, pois a noção de classe social corresponderia a um pensamento historicista, permitindo que a oposição

entre dominantes e dominados se baseasse na oposição entre a sociedade e a natureza ou na oposição entre passado e futuro. Atualmente, ao contrário, devemos substituir as noções que definiram os atores por uma situação não social por outras noções que analisam as situações em termos de atores e de relações sociais. É por isso que a noção de movimento social deve tomar o lugar de classe social, assim como a análise da ação deve tomar o lugar da análise das situações (TOURAINÉ, 1994, p. 257).

Contudo, para o autor, essa mudança de “foco” não significaria substituir o fato pela opinião, o objetivo pelo subjetivo, mas “reconhecer que o sentido da ação, embora nunca se reduza à consciência que os atores têm, é ainda menos independente”. Um movimento social é o alvo de orientações culturais através das relações de desigualdade (TOURAINÉ, 1994).

Para Souza Santos, aparentemente os “novos movimentos sociais” afirmaram-se contra a cidadania para, em nome de uma cidadania superior, conseguir compatibilizar o desenvolvimento pessoal com o coletivo e fazer da “sociedade civil” uma sociedade política onde o Estado seja um autor privilegiado, mas não único<sup>2</sup>. Entretanto, se a transformação não pode ser feita “só com o operariado, tão pouco

pode ser feita sem ele ou contra ele” (SOUZA SANTOS, 1994, p. 231).

Dagnino, no texto *Cultura, Cidadania e Democracia* aponta para a transformação das abordagens feitas pela esquerda Latino-americana sobre a relação cultura e política, que se iniciou no final dos anos 70: o papel desempenhado pelos movimentos sociais no processo de (re) democratização.

A autora faz uma retrospectiva das análises de esquerda e, sublinha uma linhagem gramsciana que, segundo ela, trouxe uma “renovação teórico-político que rompeu com a camisa de força que o “marxismo tradicional” havia imposto à análise de cultura e de seu papel na transformação social. Sem entrar no mérito das diversas leituras de Gramsci, queremos ressaltar um aspecto que acreditamos importante, para entendermos uma leitura possível (e feita em abundância) a partir de Gramsci, alegando que a análise marxista leva, necessariamente, a um reducionismo de classe, e que a análise do Estado a partir de um enfoque marxista que aponta para uma dominação de classe, não corresponde a realidade tão heterogênea e, também as relações na sociedade civil. Esse tipo de leitura permite e leva a muitos simplismos na análise. Apontamos um: claro que a teoria deve ser revista à luz da realidade e da práxis, mas daí a desconsiderar toda a formulação teórica tem um longo passo. Gramsci, como bem demonstra Perry Anderson, nas *Antinomias de Gramsci*, permite várias leituras de sociedade civil, mas considerá-lo menos marxista, é desconsiderar a vasta contribuição deste autor e as condições nas quais está produzindo. Diríamos que vários marxistas têm contribuído para uma análise mais aprofundada, para os dias de hoje, das questões colocadas por Marx. Vale também para os movimentos sociais.

Feitas essas observações, cabe destacar que a autora aponta no nosso entendimento, corretamente, como a cultura dos movimentos sociais latino-americanos, para uma nova modalidade, se podemos dizer assim, de se fazer política. A aposta é que quebram com mecanismos arraigados em sociedades machistas e autoritárias. Assim, o conceito de democracia parece não bastar para explicar, e, também, o conceito de direitos. Explico. Há uma tendência de se rediscutir a democracia, não nos termos da democracia burguesa da representatividade. O MST e o ZLN parecem apontar para outros rumos: a participação das mulheres, em ambos movimentos e a questão da educação (destaco o MST) parecem apontar para essa direção.

Alguns desses movimentos são formas de resistência às políticas neoliberais, implantadas na década de 1990 que acelera, ainda mais, o processo de empobrecimento

dos trabalhadores e, que, gradativamente, na luta, vão se transformando em movimentos antissistêmicos e anticapitalistas. Neste aspecto, o belo texto de Raúl Zibechi (2008), *Territorios en resistencia: cartografía política de las periferias urbanas internacionales*, mostra a resistência de movimentos sociais surgidos na última década. Segundo o autor, as periferias urbanas representam uma das fraturas mais importantes do sistema capitalista. As periferias são lugares onde os conflitos e a violência acompanham a desintegração da sociedade e, onde os estados têm menor presença (ZIBECKI, 2008). Os bairros — em geral, autoconstrução e autogovernados — substituíram as fábricas, e as mulheres e jovens tomaram a frente na articulação de movimentos “comunitários” que reúnem a decisão comum de um ator social territorializado. A diferença central é que estes movimentos não são dissociados da relação de classes, neste caso não são “novos movimentos sociais”, no sentido europeu do termo. A novidade consiste na forma de organização: “no pueden ser derrotados por la represión, por más terrible que sea, salvo mediante el exterminio masivo de sus miembros” (idem, p. 48). Um fator importante a ser destacado é o papel das Organizações Não-Governamentais —ONGs— que em boa parte contribuem para abrandar e fragmentar os movimentos sociais organizados, num processo de cooptação das lideranças e/ou com projetos de “desenvolvimento” comunitário, focalizado, destituindo a capacidade de resistência com a falsa esperança de que se transformem em “empreendedores” (COUTINHO, 2004; ZIBECCHI, 2008). Também importante para os movimentos sociais é a relação que boa parte mantém com o Estado. Os conselhos de participação garantem a presença de movimentos, agora, chamados de “sociedade civil”; em alguns casos as ONGs assumem em larga medida este papel. Em todo caso, é possível estabelecer relação com o Estado e, mesmo assim, manterem autonomia? Para Zibechi, (2008, p.70),

[...] participar en instancias estatales debilita a los movimientos, desvía fuerzas de la tarea principal que es fortalecer lo “nuestro”. En ese sentido comparto las posiciones zapatistas. Pero existen muchos movimientos combativos, consecuentes y que luchan por un verdadero cambio social, que mantienen relaciones con el Estado y aun así siguen siendo autónomos. Es el caso del MST de Brasil. Estas diferencias no se resolverán en el corto plazo y habrá que ver la mejor forma de procesarlas con ele menor daño posible para las organizaciones del abajo

#### 4 CONCLUSÃO

Os efeitos das políticas neoliberais na América Latina fez também surgir movimentos sociais combativos com grande capacidade de mobilização popular. Nas palavras de Chomski, a América Latina é o lugar dos movimentos populares mais significativos do mundo: há um despertar das populações indígenas (Chomski, 2009), das periferias urbanas, dos movimentos do campo, “por estos y muchos otros medios, Sudamérica se ha convertido en la región más apasionante del mundo”. O que vemos acontecer hoje, na América Latina, coloca em evidência essas questões. São novas formas de lutas, diferentes das tradicionais, sindicatos, partidos políticos, e que têm mostrado uma grande capilaridade nas suas formações sociais, e que tensionam essas relações: os Zapatistas no México, o MST, no Brasil, os cocaleros na Bolívia, etc.

#### REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir. (org). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BORON, Atílio A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir. (org). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. **Governo Lula, o triunfo espetacular do neoliberalismo**. Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, 2004 p.131-146.
- CHOMSKY, Noam. **América Latina es el hogar de los movimientos populares más significativos del mundo**. Disponível em: <<http://www.rebellion.org>>.
- COUTINHO, Joana A. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC, São Paulo, 2004.
- DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- ZIBECHI, Raúl. **Territorios en resistencia: cartografía política de las periferias urbanas internacionales**. Buenos Aires: Lavaca, 2008.

#### NOTAS

1. Compartilhamos da ideia de que o Estado de bem-estar social, os “trinta anos gloriosos”, restringiu-se aos países de capitalismo desenvolvido, na periferia, teve-se antes um Estado de mal-estar social” Ver Chico de Oliveira [http://www.ibase.br/userimages/francisco\\_de\\_oliveira\\_port.pdf](http://www.ibase.br/userimages/francisco_de_oliveira_port.pdf)
2. Souza Santos o denomina — “Estado Novíssimo Movimento Social”, mesclado com atividades do “terceiro setor”.

#### Joana Aparecida Osmundo Coutinho

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pesquisadora do NEILS — Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, do GEPOLIS — Grupo de Estudos de Política, Lutas Sociais e Ideologias e do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais

#### Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, s/n – Campus do Bacanga. São Luís - MA  
CEP 65.085-580